

EVIDÊNCIA EMPÍRICA NA ABORDAGEM SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Maria José Coutinho

Mestranda em Psicologia Clínica
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD
mjcoutinho@portugalmail.pt

Ana Isabel Sani

Professora Auxiliar
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UFP
anasani@ufp.pt

RESUMO

As crianças expostas à violência interpaparental são vítimas indirectas mas igualmente vulneráveis. Neste artigo propomos fazer uma revisão da literatura empírica sobre o impacto nas crianças da exposição à violência interpaparental. Apresentamos o "estado da arte", focando os principais resultados empíricos que documentam, de forma ampla, as múltiplas consequências, a curto e longo prazo, da exposição à violência interpaparental no ajustamento psicológico das crianças. No final tecemos algumas considerações de cariz conceptual, metodológico e interpretativo inerente à investigação e seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Criança; Impacto; Violência Interpaparental.

ABSTRACT

Children exposed to interparental violence are indirect victims and they are also vulnerable. In this article we propose a revision of the empiric literature about the impact that the exposure to interparental violence has on children. We present the "state of the art" in the phenomeno's study, focusing our attention on the empirical results that widely document the multiple consequences, in the short and long term, of the exposure to interparental violence in the children's psychological adjustment. In the end we will draw some conceptual, methodological and interpretational conclusions concerning our research and its results.

KEY-WORDS: Child; Impact; Interparental Violence.

INTRODUÇÃO

O interesse nas crianças expostas a violência interparental¹, enquanto objecto de estudo, parece ser contingente à recente construção da violência conjugal como um problema social com proporções epidémicas, ocorrida a partir da década de setenta (Matos, 2006). De questão privada e intocável, a violência familiar atingiu uma dimensão pública através de um processo de denúncia, discussão, visibilidade e tomada de consciência. As primeiras referências ao impacto negativo da exposição à violência nas crianças surgem no artigo "*Child Welfare*" de Moore, em 1975 (Kashani & Allan, 1998). Outros relatos de casos se sucederam, mas só na década de oitenta é que foram publicados os primeiros estudos empíricos (Mohr, Lutz, Fantuzzo & Perry, 2000). A evidência fornecida pelos estudos pioneiros conduziu, por um lado, à conceptualização da exposição à violência interparental como um potencial factor etiológico de desenvolvimento de psicopatologia na criança, e por outro, catalisou duas décadas de investigação empírica.

Paralelamente, assistiu-se a uma evolução no discurso científico e clínico acerca do fenómeno. De vítimas silenciosas, invisíveis, escondidas, inacessíveis e esquecidas (Elbow, 1982; Groves, Zukerman, Marans & Cohen, 1993, cit. por Edleson, 1999) as crianças expostas a violência interparental passaram a ser o rosto visível mais recente da violência familiar. Apesar de poderem ser chamadas de vítimas indirectas, a vulnerabilidade que apresentam pode manifestar-se através de múltiplas consequências físicas e/ou psicológicas, que podem ser ou não de percepção imediata.

1. CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Testemunhar violência familiar, de forma continuada, gera vulnerabilidade física e emocional nas crianças, na medida em que a exposição a eventos assustadores, imprevisíveis e traumáticos, interferem de forma significativa com os padrões desenvolvimentais normativos (Carlson, 2000; Cummings & Davies, 1994; Edleson, 1999; Holden, 1998; Hughes, Humphrey & Weaver, 2005; Kitzmann, Gaylord, Holt & Kenny, 2003; Mcneal & Amato, 1998; Peled, 1998, Rodrigues, 2006). O testemunho de violência interparental tem efeitos profundos na criança, dada a proximidade e continuidade da experiência e a importância que o contexto familiar tem para o seu desenvolvimento (Sani, 2002). As crianças expostas estão em risco de respostas maladaptativas em uma ou várias áreas de funcionamento, nomeadamente ao nível comportamental, emocional, social, cognitivo e físico (Cunningham & Baker, 2005; Rodrigues, 2006; Sani, 2007). A literatura tem documentado, de forma ampla, as múltiplas consequências da exposição à violência interparental (cf. Tabela 1). Um substancial corpo de pesquisa demonstra que aproximadamente 30 a 50% de crianças expostas a violência estão em risco de desenvolver psicopatologia (Graham-Bermann, 1998; Wolfe, Jaffe, Wilson & Zak; 1986, cit. por Cummings & Davies, 1994)².

¹ Os termos violência interparental e violência conjugal são utilizados como sinónimos e referem-se a um padrão de comportamentos abusivos e coercivos que os adultos usam com os cônjuges/companheiros (Ganley & Scheether, 1996, cit. por Holden, 2003).

² Fantuzzo e Lindquist (1989, cit. por Mohr, Lutz, Fantuzzo & Perry, 2000) publicaram uma revisão compreensiva da primeira década de estudos, tendo concluído o impacto negativo da exposição à violência familiar, e por sua vez, Margolin (1998, cit. por Mohr, Lutz, Fantuzzo & Perry, 2000) conduziu uma revisão de todos os estudos levados a cabo na década de noventa, tendo chegado à mesma conclusão.

Tabela 1. Efeitos imediatos da exposição à violência na criança nas várias dimensões

	Características	Evidência Empírica
Comportamental	Internalização Baixa auto-estima; Ansiedade; Ansiedade de separação; Inibição; Depressão; Isolamento	DePaula, Lambert, Martino, Anderson e Suttons, 1991 ¹² ; De Voe e Smith, 2002 ² ; Elbow, 1982 ⁸ ; Hughes, 1988 ⁴ ; Hughes e Barad, 1983; Jenkins & Smith, 1991 ⁷ ; Koverola e Moraham, 2000 ⁵ ; Hughes e Luke, 1998; Margolin, 1998 ⁶ ; McKay, 1987 ⁹ , 1994 ⁹ ; O'Keefe, 1994 ⁹ , 1996 ³ ; Rossman, 1998 ¹ ; Shaw & Emery, 1987 ⁷ ;
	Externalização Desobediência; Hostilidade; Oposição; Comportamento agressivo; Comportamento delinquentes; Abuso de álcool e drogas	C. Copping, 1996; Davies e Carlson, 1987 ¹ ; Jaffe, Wolfe, Wilson e Zak, 1986 ² ; Holden e Ritchie, 1991 ¹ ; Jouriles e Norwood, 1995 ⁵ ; Kolbo, 1996 ¹ ; Lemmey, McFarlane, Wilson e Malecha, 2001 ¹⁰ ; McDonald e Jouriles, 1991 ⁴ ; Moore e Pepler, 1998 ¹ ; O'Keefe, 1994 ⁶ Rossman, 1998 ¹ ;
Emocional	Choro; Tristeza; Preocupação; Raiva; Vergonha; Culpa; Menor capacidade de empatia; Medo; Dificuldades em reconhecer emoções	Carlson, 1984 ¹⁰ ; Cummings, Hennesy, Rabideau e Cichetti, 1994 ¹² ; Dodge, Petit e Bates, 1997 ¹² ; Ericksen e Henderson, 1992 ¹⁰ ; Hoglund e Nicholas, 1995 ¹⁰ ; Layzer, Goodson e DeLange, 1986 ¹⁰ ; Mcgee, 2000 ¹⁰ ; Pollak, Cicchetti, Hornung e Reed, 2000 ¹²
Social	Dificuldade na interpretação das situações sociais; Visão hostil e negativa das interações sociais; Hostilidade interpessoal; Atitudes negativas em relação aos outros; Dificuldade em gerar soluções para os problemas interpessoais	Adamson e Thompson, 1998 ⁴ ; Davies e Carlson, 1987 ¹ ; Davies e Cummings, 1993 ² ; DePaula, Lambert, Martino, Anderson e Suttons, 1991 ² ; Henning, Leitenberg, Coffey, Turner e Bennett, 1996 ¹² ; Hughes, 1986, 1988 ² ; Jaffe, Wolfe, Wilson e Zak, 1986 ² ; Kolbo, 1996 ¹ ; McGee, 2000 ¹⁰ ; Wolfe, Wekerle, Reitzel- Jaffe e Lefebvre, 1998 ¹³ ;
Cognitivo	Fraco rendimento escolar; Dificuldades de concentração e de memória; Pobres capacidades verbais e visuo-espaciais; Atitudes favoráveis ao uso da violência; Dificuldade na resolução de problemas;	De Bellis, 2001 ¹² ; Jaffe, Sudermann e Reitzel, 1992 ¹¹ ; Jaffe, Wilson & Wolfe, 1996 ¹¹ ; Levendosky e Semel, 2001 ¹⁰ ; Long, Slater, Forehand e Fauber, 1988 ² ; Mcgee, 2000 ¹⁰ ; Medina, Margolin e Wilcox, 2000 ¹⁰ ; Obrien e Chin, 1998 ¹⁵ ; Spaccarell, Coatworth e Bowden's, 1995 ¹⁴
PTSD	Pensamentos intrusivos; Embotamento afectivo; Hipervigilância; Pesadelos; Activação Fisiológica;	Boney – Mcloy e Finkelhor, 1995 ⁹ ; Devoe e Graham-Bermann, 1997 ¹⁶ ; Graham-Bermann e Levendosky, 1998 ¹³ ; Kilpatrick e Williams, 1997 ⁷ ; Lehmann, 1997 ¹³ ; McCloskey e Walker, 2000 ¹⁰ ; Rossman & Ho, 2000; Wolfe, Gentile e Wolfe, 1989 ¹³ ;
Somática	Tensão facial; Movimentos corporais tensos Problemas alimentares e de sono; Taquicardia; Verbalização de desconforto; Dores de cabeça e estômago;	Cummings e Davies, 1994; Copping, 1996 ³ ; Gleason, 1995 ⁸ ; McGee, 2000 ¹⁰ ; Mertin, 1992 ⁸

Para melhor compreendermos como as crianças interpretam e podem ser afectadas pela exposição à violência, temos de considerar o seu nível desenvolvimental, bem como as tarefas desenvolvimentais normativas em cada estágio (cf. Tabela 2). A forma como as crianças reagem aos eventos violentos são o resultado da sua matriz desenvolvimental. É sabido que, à medida que crescem, as crianças desenvolvem uma compreensão mais sofisticada das causas da violência, uma visão mais adequada do seu papel e uma maior capacidade de intervenção, pelo que não podemos ficar indiferentes a uma contextualização desenvolvimental do impacto.

¹ cit. por Carlson, 2000; ² cit. por Cummings & Davies, 1994; ³ cit. por Jarvis, 2006; ⁴ cit. por Hernandez & Gräs, 2005; ⁵ cit. por Koverola, Papis, Pitts, Murtaugh, Black & Dubowitz, 2005; ⁶ cit. por Graham-Bermann, 2001; ⁷ cit. por Johnson, Kotch, Cattelie, Winsor, Hunter & Amaya- Jackson, 2002; ⁸ cit. por Miller - Perrin & Perrin, 1999; ⁹ cit. por Margolin & Gordis; ¹⁰ cit. por Adams, 2006; ¹¹ cit. por Jouriles, McDonald, Stephens, Norwood, Spiller & Ware, 1998; ¹² cit. por Margolin, 2005; ¹³ cit. por Rossman, 2001; ¹⁴ cit. por Edleson, 1999; ¹⁵ cit. por Medina, Margolin, & Wilcox, 2000; ¹⁶ cit. por Rossman & Ho, 2000

Tabela 2. Potencial impacto da exposição à violência interpaparental atendendo a quatro estádios de desenvolvimento (adaptado de Cunningham & Baker, 2007).

	Aspectos Chave do Desenvolvimento	Potencial Impacto
Até aos 3 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração do meio através dos órgãos sensoriais • Estabelecimento de vinculações seguras – base para a regulação emocional e comportamental • Exploração activa do meio e aprendizagem através do brincar • Aprendizagem das interacções sociais a partir do que ouvem e observam na família 	<ul style="list-style-type: none"> • Barulho e imagens associadas com a violência podem ser perturbadoras • Os pais podem não estar disponíveis para responder de forma consistente às necessidades das crianças • Medo e instabilidade pode inibir a exploração do meio, o brincar pode estar relacionado com a violência – imitação • Aprendizagem do uso da agressão nas interacções sociais
Pré-escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem de modos de expressão adequados da agressão e outras emoções (e.g. raiva) • Pensamento egocêntrico • Estereótipos sobre os papéis de género • Aumento da independência física 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprendizagem de modos desadequados de expressão da raiva e agressão • Auto – Atribuição da violência • Aprendizagem de papéis de género associados a violência e vitimação (agressor versus vítima) • A instabilidade pode inibir a independência, regressão no desenvolvimento
Idade escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da consciência do self e dos outros • Sofisticação da capacidade de raciocínio sobre o certo e errado, ênfase na justiça e intenção • O sucesso académico e social influencia o auto – conceito • Identificação mesmo sexo • Aumento da influencia da escola, pares e comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da consciência do impacto da violência em si e nos outros o self e dos outros (e.g. segurança da mãe, o pai ser preso) • Racionalização do uso da violência (e.g. mitos do abuso) • Dificuldades na aprendizagem devido ao impacto da violência (e.g. desconcentração), falta de feedback positivo e contração no feedback negativo • Aprendizagem de papéis de género associados ao abuso (e.g. mulheres vítimas e homens agressores) • Uso da agressão como forma de interacção, aumento do risco de bullying e/ou ser vitimada
Adolescência	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do sentimento de self e da autonomia na família • Mudanças físicas - puberdade • Aumento da influencia do grupo de pares e desejo de aceitação • Despertar da sexualidade e intimidade • Aumento da influencia dos media 	<ul style="list-style-type: none"> • As competências de comunicação e negociação da família podem ficar comprometidas, a transição na adolescência pode ser dificultada • Podem intervir directamente na violência, impor-se através da intimidação física ou agressão • Embaraço do que acontece em casa, longos períodos afastados de casa como forma de fuga à violência, uso de coping inadequado (e.g. abuso de álcool) • Dificuldade no estabelecimento de relações saudáveis, aumento do risco de envolvimento em relacionamentos abusivos • Maior influencia das mensagens negativas veiculadas pelos media

2. CONSEQUÊNCIAS A LONGO PRAZO DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Para além dos efeitos imediatos, e apesar da inexistência de estudos longitudinais, a evidência empírica sugere consequências a longo prazo, baseando-se nas maiores taxas de prevalência de desordens psiquiátricas (e.g. depressão, sintomatologia traumática, baixa auto-estima, abuso de substâncias, difi-

culdades emocionais e de ajustamento social) em adultos, que na sua infância testemunharam violência interparental (Mcneal & Amato, 1998; Silvern, 1995, cit. por Edleson, 1999; Carlson, 2000). Estudos retrospectivos indicam que o comportamento agressivo na idade adulta está associado a experiência de abuso na infância (Rossman, 2001; Dutton, 2000).

Os resultados empíricos sugerem ainda que o testemunho de violência familiar na infância constituiu um factor de risco para o envolvimento em relações abusivas na idade adulta (Carlson, 1988; Strauss, Gelles, Steinmetz, 1981, cit. por Dutton, 2000), dando suporte, à hipótese da transmissão intergeracional da violência. Este dado é explicado por um conjunto de mecanismos: em primeiro lugar, a violência desencadeia reacções como medo, agressão e inibição do comportamento normal (Cummings, 1987, cit. por McNeal & Amato, 1998), em segundo lugar, dada a natureza egocêntrica das crianças, estas tendem a culpar-se a si próprias pela violência, originando sentimentos de culpa e baixa auto-estima (Grych & Fichman, 1990, cit. por McNeal & Amato, 1998), em terceiro lugar, a permanência no ambiente violento aumenta o sentimento de insegurança emocional da criança (Cummings & Davies, 1994), o que dificulta a regulação emocional e a capacidade de confiar, determinando dificuldades no relacionamento com os outros. Finalmente, através de um mecanismo de modelagem, os pais transmitem às crianças a crença de que os problemas se resolvem através da agressão mais do que através do compromisso (McNeal & Amato, 1998). Sobre este último ponto, importa salientar que a experiência do testemunho da violência familiar mais do que colocar os indivíduos em risco para a futura perpetuação de comportamentos violentos, potencia a internalização de papéis violentos, influencia as atitudes quanto ao uso da violência e quanto ao modo de expressão da frustração (Adams, 2006).

3. CRÍTICAS À INVESTIGAÇÃO E SEUS RESULTADOS

A revisão da tradição empírica na área, aliada ao olhar clínico que foi sendo apurado mediante o trabalho terapêutico com crianças expostas à violência interparental, algumas delas em acolhimento em Casas de Abrigo, leva-nos a levantar algumas questões em torno dos achados empíricos apresentados.

Apesar do progressivo reconhecimento do problema da violência interparental, o corpo de pesquisa nesta área tem vindo a enfrentar um conjunto de dificuldades de natureza conceptual, metodológica e interpretativa. As dificuldades em termos conceptuais prendem-se, por um lado, com a complexa e controversa operacionalização do constructo exposição. Não existe uma terminologia consensual e clara sobre o conceito em análise e sua definição. Na literatura os termos testemunhas, observadoras e expostas têm sido utilizados como sinónimos, no entanto, Holden (1998, 2003) postula que o termo mais correcto é expostas, na medida em que contempla diferentes tipos de experiência, não assume que a criança observou directamente a violência e evita a confusão com o conceito legal de testemunha³. Neste contexto específico, exposição inclui todas as formas através das quais a criança experiencia os eventos violentos (e.g., ver, ouvir, ter conhecimento dos episódios violentos, observar as consequências) (Cunningham & Baker, 2005, 2007; Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990; Norwood & Ezell, 2001).

A inconsistente ou incorrecta definição de variáveis (Fantuzzo & Lindquist, 1989, cit. Holden, 1998) têm produzido limitações significativas na investigação na área da vitimação infantil. Por exemplo, em estudos sobre vitimação infantil a dificuldade em diferenciar o abuso directo do indirecto conduz muitas vezes à atribuição dos problemas da criança aos efeitos do testemunho da violência, quando na realidade

³ A respeito da terminologia testemunha, Cunningham e Baker (2007) alertam para o facto deste termo atribuir, falaciosamente, um papel passivo à criança que vive com a violência, quando na realidade estas são activas na interpretação, avaliação e resolução dos eventos violentos.

de estão mais fortemente associados com o ter sido vítima directa de abuso (Edleson, 2001). Em muitos estudos de um único tipo de violência é a grande proporção de crianças expostas a múltiplas formas de vitimação quem dirige o critério do grupo de comparação.

Muitas das investigações são retrospectivos e correlacionais (Fantuzzo & Lindquist, 1989, cit. Holden, 1998), em contraponto com estudos longitudinais. Parte-se, frequentemente, das memórias da vítima, não havendo lugar a estudos de acompanhamento (Sani & Gonçalves, 2007). A pouca disponibilidade dos sujeitos para participar ou revelar as suas histórias de abuso, muitas vezes por receio de reactivar memórias traumáticas (Lehmann, 2000) seria desde logo um bom incentivo à menor realização de estudos retrospectivos.

A utilização de amostras reduzidas, a grande amplitude etária dos grupos amostrais, as falhas na definição correcta da frequência, intensidade e natureza da violência a que a criança esteve exposta ou o acesso frequente a amostras provenientes de casas de abrigo (população de risco específico) são igualmente objecto de discussão (Sani & Gonçalves, 2007). Por vezes os estudos sobre a experiência subjectiva de crianças expostas à violência recorrem medidas de avaliação aplicadas a fontes indirectas de informação (e.g., a mãe e mulher batida) (Fantuzzo & Lindquist, 1989, cit. Holden, 1998) cujas interpretações fornecidas podem estar muito longe de representar a realidade da experiência interna da criança.

Outro aspecto que não nos parece consensual é a associação entre exposição à violência e desajustamento. As crianças exibem uma diversidade de padrões de funcionamento, com reacções variando da psicopatologia a respostas resilientes (Baker, Jaffe & Moore, 2001; Hughes & Luke, 1998; Moore & Pepler, 1998). De facto, nem todas as crianças revelam vulnerabilidade pessoal. A existência de importantes recursos pessoais e familiares parecem ter um efeito atenuador do impacto negativo da violência (Hughes & Luke, 1998). Refira-se ainda, segundo estes autores, que vários estudos demonstram a inexistência de problemas de ajustamento, estimando-se que 25% a 40% de crianças possam revelar-se assintomáticas, pelo menos a curto prazo (Margolin, 2005). No entanto, partilhamos da opinião que a ausência de sintomatologia desadaptativa não significa necessariamente que a criança não foi afectada. Esta pode revelar níveis subclínicos de desajustamento ou outras dificuldades que podem constituir um factor de risco para o desenvolvimento de psicopatologia futura. O significado desta diversidade nos resultados encontrados não é, pois, claro. Podemos questionar se as limitações de natureza metodológica não têm impossibilitado os investigadores de identificar os problemas de ajustamento de forma consistente. Independentemente da resposta, está claro que é premente identificar grupos de crianças que exibem padrões similares de problemas e determinar que factores produzem o desenvolvimento desses padrões.

Finalmente, importa realçar, pelas implicações na leitura e compreensão dos resultados descritos, outra aprendizagem resultante de duas décadas de investigação e que diz respeito à elevada comorbilidade entre exposição à violência familiar e vitimação directa. A presença simultânea de diferentes formas de abuso nas histórias das crianças expostas à violência familiar torna obscura a relação exacta entre exposição à violência e desajustamento, dificultando o discernimento do impacto único deste tipo de vitimação de outras formas de abuso. Existe clara evidência de que a exposição a um tipo de violência aumenta significativamente a probabilidade de exposição a outras formas de abuso (Baker, Jaffe & Moore, 2001; Cunningham & Baker, 2005; Graham-Bermann & Edleson, 2001, cit. por Tolan, Gorman-Smith & Henry, 2006; Sani, 1999). Assim sendo, as crianças testemunhas de violência interparental estão em maior risco de serem o alvo directo de outras formas de vitimação, nomeadamente o abuso físico e sexual (Hanson, Self-Brown, Fricker-Elhai, Kilpatrick, Saunders & Resnick, 2006; Holden, 1998; Hughes, Humphrey & Weaver, 2005; Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990).

A problemática das crianças expostas à violência interpaparental, enquanto área de elaboração teórica e interesse empírico, é relativamente recente. Os primeiros estudos remontam à década de oitenta (Fantuzzo, Mohr & Noone, 2000), sendo que, passados mais de vinte anos, o corpo de pesquisa na área aumentou drasticamente, documentando os efeitos adversos que a exposição à violência acarreta no ajustamento psicológico das crianças (Carlson, 2000; Cummings & Davies, 1994; Hughes, Humphrey & Weaver, 2005; Kitzmann, Gaylord, Holt & Kenny, 2003; Sani, 2002; Rodrigues, 2006).

No que concerne ao impacto da exposição à violência interpaparental no funcionamento das crianças, existe consenso, entre os que estudam o fenómeno, de que este tipo de violência traduz-se em elevados custos, pela perturbação psicológica e/ou física que causa nas crianças. As sequelas são complexas, múltiplas e multifacetadas, afectando vários domínios do desenvolvimento da criança (comportamental, emocional, social, cognitivo e físico), podendo manifestar-se em momentos temporais distintos (imediatos e/ou longo prazo), o que impossibilita a identificação de um perfil único e homogéneo de dano e nos faz perceber que os caminhos de causalidade percorridos são múltiplos. Além do impacto directo, a criança é afectada também de forma indirecta, pela interferência da violência no funcionamento familiar. A exposição à violência familiar não é necessariamente sinónimo de desajustamento psicológico, as respostas das crianças variam da psicopatologia até à ausência de sinais relevantes do ponto de vista clínico. A variabilidade dos resultados encontrados, que torna abusivo o emprego de uma relação de causalidade, deve-se à acção moderadora e mediadora de um conjunto de factores (Sani, 2006).

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. M. (2006). The consequences of witnessing family violence on children and implications for family counselors. In: *The Family Journal*, 14, 4, pp. 334 - 341.
- BAKER, L., Jaffe, P. G. & Moore, K. J. (2001). *Understanding the effects of domestic violence. A Handbook for early childhood educator's*. London, Centre for Children & Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- CARLSON, B. E. (2000). Children exposed to intimate partner violence. Research findings and implications for intervention. In: *Trauma, Violence and Abuse*, 1, 4, pp. 321- 329.
- CUNNINGHAM, A. & Baker, L. (2005). *Learning to listen, learning to help: Understanding woman abuse and its effects on children*. London, Centre for Children & Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- CUNNINGHAM, A. & Baker, L. (2007). *Little eyes, little ears: how violence against a mother shapes a children as they grow*. London, Centre for Children & Families in the Justice Systems of the London Family Court Clinic.
- CUMMINGS, E., & Davies, P. (1994). *Children and marital conflict. The impact of family dispute and resolution*. New York, The Guilford Press.
- DUTTON, D. G. (2000). Witnessing parental violence as traumatic experience shaping the abusive personality. In: Geffner, R. A., Jaffe, P. G. & Sudermann, M. (Ed.). *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development*. New York, The Haworth Maltreatment & Trauma Press, pp. 59-67.
- EDLESON, J. L. (1999). Childrens witnessing adult domestic violence. In: *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 8, pp. 839-870.
- EDLESON, J. L. (2001). Studying the co-occurrence of child maltreatment and domestic violence in families. In: Graham-Bermann, S. A. & Edleson, J. (Ed.), *Domestic violence in the lives of children. The future of research, intervention and social policy*. Washington, American Psychological Association, pp. 91-110.

- FANTUZZO, J. W., Mohr, W. K & Noone, M. L. (2000). Making invisible victims of violence against woman visible through University/Community partnerships. In: Geffner, R. A., Jaffe, P. G. & Sudermann, M. (Ed.). *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development*. New York, The Haworth Maltreatment & Trauma Press, pp. 9-23.
- GRAHAM-Bermann, S. A. (1998). The impact of woman abuse on childrens social development: research and theoretical perspectives. In: Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Eds.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington, American Psychological Association, pp. 21-54.
- HANSON, R. F ; Self-Brown, Sh. ; Fricker-Elhai, A. E.; Kilpatrick, D. G.; Saunders, B. E.; & Resnick, H. S. (2006). The relationship between family environment and violence exposure among youth: Findings from the national survey of adolescents. In: *Child Maltreatment*, 11, 1, pp. 3- 15.
- HOLDEN, G. W. (1998). The development of research into another consequence of family violence. In: Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Ed.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington, American Psychological Association, pp. 1-18.
- HOLDEN, G. W. (2003). Children Exposed to Domestic Violence and Child Abuse: Terminology and Taxonomy. In: *Clinical child and family psychology review*, 6, 3, pp. 151-160.
- HUGHES, H. M., Humphrey, N. M., & Weaver, T. I. (2005). Advances in Violence and Trauma. Toward comprehensive ecological models. In: *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1, pp. 31-38.
- HUGHES, H. M.; & Luke, D. A. (1998). Heterogeneity in adjustment among children of battered women. In: Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Ed.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington, American Psychological Association, pp. 185-222.
- JAFFE, P. G., Wolfe, D. A. & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered woman*. USA, Sage Publications.
- KASHANI, J. H., & Allan, W. D. (1998). *The impact of family violence on children and adolescents*. USA, Sage Publications.
- KITZMANN, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. M., & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: a meta analytic review. In: *Journal of consulting and clinical psychology*, 71, 2, pp. 333-352.
- LEHMANN, P. (2000). Posttraumatic stress disorder (PTSD) and child witness to mother-assault: a summary and review. In: *Children and Youth Services Review*, 22 (3/4), pp. 275-306.
- MARGOLIN, G. (2005). Childrens exposure to violence. Exploring developmental pathways to diverse outcomes. In: *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1, pp. 72- 81.
- MATOS, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga, Portugal. Consultado na World Wide Web a 2 de Janeiro de 2007, em: <http://www.repositorium.sdum.uminho.pt>
- MCNEAL, C., & Amato, P. R. (1998). Parents marital violence. Long term consequences for children. In: *Journal of Family Issues*, pp. 123-139.
- MOHR, W. K.; Lutz, M. J. N.; Fantuzzo, J. W.; & Perry, M. A. (2000). Children exposed to family violence. A review of empirical research from a developmental – ecological perspective. In: *Trauma, Violence & Abuse*, 1, 3, pp. 264 - 283.
- MOORE, T. E.; & Pepler, D. J. (1998). Correlates of adjustment in children at risk. In: Holden, G. W., Geffner, R. & Jouriles, E. N. (Ed.). *Children exposed to marital violence. Theory, research and applied issues*. Washington, American Psychological Association, pp. 157-184.
- NORWOOD, W. D.; & Ezell, E. (2001). Issues and controversies in documenting the prevalence of childrens exposure to domestic violence. In: Graham-Bermann, S. A. & Edleson, J. (Ed.), *Domestic violence in the lives of children. The future of research, intervention and social policy*. Washington, American Psychological Association, pp. 13-34.
- PELED, E. (1998). The experience of living with violence for preadolescent children of battered women. In: *Youth & Society*, pp. 395-430.

- RODRIGUES, A. C.** (2006). *De que é feito o amor entre os pais que se batem? Significados de amor, conjugalidade, papéis de género e violência em adolescentes expostos a violência doméstica*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- ROSSMAN, B. B.** (2001). Long term effects of children's exposure to domestic violence. In: Graham-Bermann, S. A. & Edleson, J. (Ed.). *Domestic violence in the lives of children. The future of research, intervention and social policy*. Washington, American Psychological Association, pp. 35-65.
- SANI, A. I.** (1999). As vítimas silenciosas: a experiência de vitimação indirecta nas crianças. In: *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, pp. 247-257.
- SANI, A. I.** (2002). *As crianças e a violência. Representações de crianças vítimas e testemunhas de crime*. Coimbra, Quarteto Editora.
- SANI, A. I.** (2006). As variáveis mediadoras do impacto na criança da exposição à violência interpaparental. In: *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 11 (2), pp. 111-133.
- SANI, A. I.** (2007). Las consecuencias de la violencia interpaparental en la infancia. In: Arce, R.; Fariña, F.; Alfaro, E.; Civera, C. & Tortosa, F. (Ed.) In: *Psicología Jurídica Violencia y Victimias*. Valência, Sociedad Española de Psicología y Ley, pp. 13-21.
- SANI, A. I. & Gonçalves, R. A.** (2007). As crenças e as percepções das crianças sobre a violência: conceptualização de um estudo empírico. In: *Psychologica*, 44, pp. 79-95.
- TOLAN, P.; Gorman-Smith, D.; & Henry, D.** (2006). Family violence. In: *Annual Reviews Psychology*, vol. 57, pp. 557 – 583.